

Índice Institucional de Governo Aberto Municipal: análise comparativa entre as maiores cidades do Norte e Nordeste brasileiro.

Autoria

Thiago Ferreira Dias - tfdpe@yahoo.com.br

Prog de Pós-Grad em Gestão Pública/Centro de Ciências Sociais Aplicadas – PPGP/CCSA/UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Anna Beatriz Rodrigues Garcia - bbiagarcia2@gmail.com

Prog de Pós-Grad em Gestão Pública/Centro de Ciências Sociais Aplicadas – PPGP/CCSA/UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Nathália Lara Fagundes Souza Camilo - nathalialfsc@gmail.com

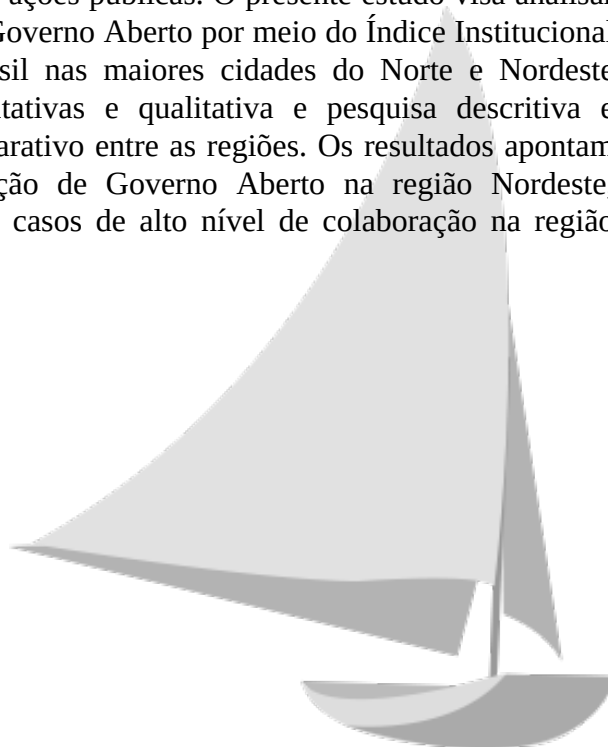
Prog de Pós-Grad em Gestão Pública/Centro de Ciências Sociais Aplicadas – PPGP/CCSA/UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Agradecimentos

CNPq

Resumo

Ao observar a recente conjuntura do cenário democrático brasileiro, têm-se a percepção de altos níveis de engajamento em tópicos tocantes ao controle social, participação e contribuição política, além de um elevado grau de exigência da população para com os seus representantes por meio da transparência das ações públicas. O presente estudo visa analisar o nível de implementação do paradigma de Governo Aberto por meio do Índice Institucional de Governo Aberto Municipal-IIGAM Brasil nas maiores cidades do Norte e Nordeste brasileiro. Através de abordagens quantitativas e qualitativa e pesquisa descritiva e exploratória realizou-se um panorama comparativo entre as regiões. Os resultados apontam maiores avanços no nível de implementação de Governo Aberto na região Nordeste, entretanto, descobriu-se também, relevantes casos de alto nível de colaboração na região Norte do país.





Índice Institucional de Governo Aberto Municipal: análise comparativa entre as maiores cidades do Norte e Nordeste brasileiro.

RESUMO

Ao observar a recente conjuntura do cenário democrático brasileiro, têm-se a percepção de altos níveis de engajamento em tópicos tocantes ao controle social, participação e contribuição política, além de um elevado grau de exigência da população para com os seus representantes por meio da transparência das ações públicas. O presente estudo visa analisar o nível de implementação do paradigma de Governo Aberto por meio do Índice Institucional de Governo Aberto Municipal-IIGAM Brasil nas maiores cidades do Norte e Nordeste brasileiro. Através de abordagens quantitativas e qualitativa e pesquisa descritiva e exploratória realizou-se um panorama comparativo entre as regiões. Os resultados apontam maiores avanços no nível de implementação de Governo Aberto na região Nordeste, entretanto, descobriu-se também, relevantes casos de alto nível de colaboração na região Norte do país.

PALAVRAS CHAVES

Governo Aberto. Índice institucional. Região Norte. Região Nordeste. Brasil.

INTRODUÇÃO

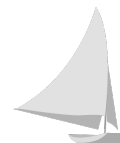
No cenário de mudanças no campo das relações Estado e Sociedade, em especial, nas mudanças promovidas pela as Administrações Públicas perpassam por eras ou paradigmas da administração, desde a patrimonialista, a burocrática à nova governança pública, a qual se dará maior ênfase, uma vez que é a precursora direta do paradigma do Governo Aberto.

Para Osborne (2006) a Nova Governança Pública é o movimento responsável pelo fortalecimento da relação interacional entre Estado e Sociedade para alavancar o desempenho da máquina pública e obter como consequência direta a melhoria na entrega dos serviços públicos oferecido. Assim, apresenta dentre as ações de interação desde mecanismos de transparência e controle social (uns mais autônomos e dinâmicos) até espaços e construções de políticas públicas por meio de coprodução (Ostrom, 1996, Pestoff, 2006) institucionalizadas, estes incluindo conselhos de políticas públicas, conferências, audiências públicas, ouvidorias e leis (Dias et al, 2019).

Neste contexto torna-se fértil as iniciativas de ampliação das ações de dados abertos, transparência, participação e colaboração cidadão junto aos governos locais com vistas a contribuir para a melhoria da qualidade da gestão pública e da qualidade de vida nos municípios, o ente mais próximo à população. Começa-se a difundir alguns conceitos que, posteriormente, viria a constituir o que se denomina como paradigma do Governo Aberto.

Ressalta-se que as mudanças em que emerge o paradigma do Governo Aberto nasce da pressão para que as “caixas pretas” dos governos fossem abertas, e assim, a sociedade civil tivesse poder de inferência, busca-se alternativas para o desenvolvimento de ações inclusivas desses atores na rotina de tomada de decisão, assim como na prestação de contas dos atos públicos tomados por seus representantes, ou seja, *answerability* (Pinho e Sacramento, 2009).

Neste cenário, surge a filosofia do Governo Aberto, que no Brasil incluem uma diversidade de mecanismos de transparência e controle social, desde os mais autônomos e dinâmicos até os mais institucionalizados, estes incluindo conselhos de políticas públicas, conferências, audiências públicas, ouvidorias e leis, entre elas as do Plano Plurianual - PPA, das Diretrizes Orçamentárias - LDO, do Orçamento Anual - LOA, da Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar 101/2000), da Transparência (Lei Complementar 131/2009) e de



Acesso à Informação– LAI (Lei 12.527/2011) (Schommer, Dahmer e Spaniol, 2014) (Dias et al, 2019)

Conforme abordado por Ramírez-Alujas (2012) o Governo Aberto trata-se de propor nova postura da Administração Pública na qual preza a transparência e acesso a informação como direitos humanos, possibilidade de reutilização da informação do setor público (dados abertos), contribuir para o fortalecimento da participação cidadão e favorecimento a geração de espaços colaborativos para cocriação e coprodução de valor público.

O início dessa discussão ocorreu com a reunião de oito países (Estados Unidos, Brasil, México, África do Sul, Filipinas, Indonésia, Noruega e Reino Unido) com o intuito de propagar práticas de abertura de governo e a representação do compromisso dos países em desenvolver a implementação desse novo paradigma de governo. Surge-se, então, a Aliança para Governo Aberto-AGA (*Open Government Partnership-OGP*) ainda no início do século XXI.

No cenário nacional, encontra-se a formalização do compromisso assumido na OGP, o Comitê Interministerial para Governo Aberto (CIGA) criado através do decreto sem número de 15 de setembro de 2011, o qual institui o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto (PNGA).

Perante tais mudanças para o acesso a informação, transparência, participação e colaboração, verifica-se a ausência de indicadores para mensurar os avanços, apesar de não deixar de destacar as iniciativas no campo da mensuração da transparência pública, no Brasil, tal como: a Escala Brasil Transparente (2015), índice desenvolvido pela CGU; e o Índice de Transparência capitaneado pelo movimento liderado pelo Ministério Público Federal denominado Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (ENCCLA).

Todavia, há carência de indicadores que reflita amplitude do conceito de Governo Aberto, abrangendo variáveis da Transparência, Participação, nesta lacuna de indicadores que mensurem o nível de implementação nacional de GA, e para solucionar tal questão elaborou-se então o Índice Institucional de Governo Aberto Municipal – IIGAM-Brasil (Dias e Oliveira, 2016), para que se reflita a amplitude do conceito de Governo Aberto para além do olhar unidimensional da Transparência. No IIGAM-Brasil os critérios de avaliação são distribuídos nas três dimensões bases – Transparência, Participação e Colaboração – oferecendo, em consequência, um panorama integral e institucional da prática de Governo Aberto e suas relações com indicadores socioeconômicos das localidades.

No presente artigo será analisado os resultados acerca da aplicação do Índice Institucional de Governo Aberto Municipal-IIGAM nas maiores cidades das regiões Norte e Nordeste.

REFERENCIAL TEÓRICO

Aliada às concepções de Governança e Accountability advinda de um contexto crônico de descrença social, o Estado, a fim de recuperar a confiança da população e fortalecimento das ações públicas estratégicas emerge a visão do Governo Aberto. Conforme Ramírez-Alujas (2012), essa proposta de postura de ação de governo se propõem a responder ao esgotamento dos modelos tradicionais de governança, e, assim, se tornar uma forma de integração da administração pública com o cenário pluralista atual.

De modo que, o Governo Aberto deve ser compreendida como mais além da transparência, mas como uma filosofia que emerge com os incentivos a transparência e acesso a informação, participação cidadã e colaboração da sociedade civil (Criado e Ruvalcaba, 2017).

Segundo Meijer, Curtin e Hillebrandt (2012:11), “*open government is not only about openness in informational terms but also about in interactive terms*”, assim, o GA traz elementos e reforço a maior interação entre Estado e Sociedade nas ações da Administração Pública.



Ressalva-se que as origens do termo provem desde o século XVI, quando se utilizou pela primeira vez pelo governo da Dinamarca para impulsionar a abertura de informação e dados aos seus cidadãos (Criado e Ruvalcaba, 2017). O movimento em prol do Governo Aberto obteve maior impulso por meio da reunião de oito países (Estados Unidos, Brasil, México, África do Sul, Filipinas, Indonésia, Noruega e Reino Unido), que criam a Aliança para Governo Aberto-AGA (*Open Government Partnership-OGP*) ainda no início do século XXI.

Segundo Mendieta (2012), a AGA baseia-se em quatro princípios, a saber: melhorar a disponibilidade das informações a respeito das atividades do governo para todos os cidadãos; apoiar a participação cívica; implementar os mais altos padrões de integridade profissional nas administrações e o favorecimento do acesso a novas tecnologias que facilitem a abertura e a prestação de contas.

Dentre os países precursores destacam-se o Brasil e os Estados Unidos, por empreender iniciativas geradoras de transformações. Os Estados Unidos, por meio do memorando sobre Transparência e Governo Aberto, de 21 de janeiro de 2009, afirma que o uso da tecnologia pode promover uma maior transparência das ações do governo, gerando a ampliação da participação e colaboração por parte da sociedade civil e dos atores privados (Ramírez-Alujas, 2012).

Atribuem-se, então, que a transparência, a participação e a colaboração são os três pilares que sustentam a proposta de Governo Aberto. Concebendo conceituações, tem-se que a Transparência contempla a abertura dos dados por parte da Administração Pública, não apenas para prestar contas fiscal e das ações públicas, como também possibilitar acessibilidade desses dados públicos e a reutilização dos mesmos (dados abertos). Segundo Mendieta (2012) na transparência temos quanto a iniciativa de forma ativa, isto é tudo disposto em sítio eletrônico sem obstáculos de acesso à população, e de forma passiva, na qual o cidadão ou instituição solicita os dados a Administração Pública. Também podemos denominar quanto a disponibilidade de conteúdo, a primeira é a opaca, isto é, quando a Administração Pública abre os dados para dar visibilidade ao Governo, mas estes dados estão dispersos e de difícil compreensão ou reutilização, de modo que pouco contribui para o controle e sanção cidadã. Já a clara trata-se da disponibilização de dados necessários, reutilizáveis, compatíveis e que seja possível gerar informações que possibilite o controle cidadão (Mendieta, 2012).

A participação caracteriza-se como a ação de interação desenvolvida pela sociedade civil para com a gestão pública. Segundo Arnstein (1969), a participação cidadão é a redistribuição de poder que permite ao cidadão serem agentes ativos nas decisões sobre as ações públicas, em especial, as políticas sociais desenvolvidas pela Administração Pública, isto é, indo para além da participação eleitoral, que ocorre de modo pontual.

E a colaboração, que segundo a Escala de Participação Arnstein (1969), representa o maior nível maturação da participação, visto que o controle decisório se dá de forma a envolver vários atores - o setor privado e o público - no desenho, implementação e/ou avaliação das ações públicas, de modo a buscar construir melhores soluções para os problemas públicos complexos. Nesta conceituação, segundo Brandsen e Honingh (2016) os cidadãos deixam de ser apenas usuário/clientes do serviço público, tendo papel protagonista na solução de problemas que impactam a coletividade, de modo a trazer maior valor público as ações.

METODOLOGIA

O presente estudo se desenvolveu a partir da combinação das abordagens quantitativas e qualitativas, por meio de pesquisas descritiva e exploratória realizadas com base em dados secundários extraídos de sítios eletrônicos dos poderes executivos municipais alvo do estudo. A definição da metodologia se estabeleceu em etapas, sendo a primeira a revisão bibliográfica em conjunto com análise documental e apropriação do instrumento validado em estudos anteriores (Dias e Oliveira, 2016; Hernández-Boniviento, 2016). A segunda etapa é a



responsável pela aplicação do instrumento nos portais eletrônicos das capitais e segundas maiores cidades das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Obteve-se uma amostra de 32 cidades analisadas.

Na concepção do IIGAM, definiu-se três dimensões que encontram respaldo nos entendimentos de Bingham e Foxworthy (2012) e demais instituições que promovem trabalhos com a conceituação e análise de Governo aberto. Sendo a primeira, a transparência, que se delimita como o incentivo e promoção de prestação de contas e o controle social da gestão; a segunda, a participação, que proporciona a tomada de decisões pública aos cidadãos e a elaboração de espaços que proporcionem o debate e melhorem a eficiência do governo; por último, têm-se a colaboração, dimensão responsável por mensurar o nível de engajamento social nas ações governamentais como principais atores no processo de coprodução do valor público.

Apresenta-se a seguir as dimensões da composição do índice, a atribuição de escalas e o número de variáveis e pesos de sistema usado para a construção da ferramenta de pesquisa. Na Dimensão I- Transparência, busca-se medir, por meio de escala que varia de 0 a 1,10 os requisitos apresentados na Lei 12.527/ 2011, sendo esse um instrumento normativo que orienta os gestores públicos a tornar os dados revelados e abertos à consulta. Contém vinte de variáveis de diferentes valores numéricos (concedidas em conformidade com a importância para a eficácia dos princípios) e exerce um peso na composição do índice de peso 1,25.

Para a Dimensão II- Participação, adota-se a escala de 0 a 1 para as quatro variáveis abordadas. Semelhante a dimensão I, apresenta o peso de 1, 25 na estruturação do IIGAM-Brasil e visa medir em termos quantitativos o grau de inferência social nas ações governamentais locais. Por fim a Dimensão III- Colaboração, que se constitui como a de maior peso por instrumento, apresentando 1,50 de peso e seis variáveis. É responsável por diagnosticar o nível de coprodução pública existente nas localidades analisadas.

Portanto, têm-se:

Tabela 1- Elementos de Composição do Índice Institucional de Governo Aberto Municipal -IIGAM - Brasil, 2017.

	DIMENSÕES	ESCALA DE VALOR	N ° DE VARIÁVEIS	COMPOSIÇÃO
IIGAM-Brasil	DIMENSÃO 1 – Transparência Ativa (a partir do artigo 8º da Lei 12.527/2011).	0 a 1	20	PESO – 1,25
	DIMENSÃO 2 – Participação Cidadã	0 a 1	4	PESO – 1,25
	DIMENSÃO 3 – Colaboração Pública	0 a 1	6	PESO – 1,50

Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

Após a aplicação do instrumento da presente pesquisa, os dados obtidos são tabulados de acordo com os pesos apresentados acima, para posteriormente gera-se um ranking IIGAM de colocação entre os municípios de modo a inferir o grau de implementação do paradigma de Governo Aberto nessas localidades. A seguir a forma adotada que reflete numa escala de 0 a 1, em valor numérico os resultados apresentados.

**Figura 1- Fórmula de Cálculo do IIGAM- Brasil, 2017.**

$$\text{IIGAM - Brasil} = \frac{[(\text{Dimensão 1} * 1,25) + (\text{Dimensão 2} * 1,25) + (\text{Dimensão 3} * 1,5)]}{3}$$

Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

Para a terceira etapa do desenvolvimento da análise comparativa, utilizou-se as informações obtidas para que fosse proporcionado a tabulação e tratamento dos quantitativos com base no método de Análise Exploratória de Dados (AED), a qual utiliza a estatística descritiva apresentando a frequência absoluta e relativa e que segundo Triola (2005) e Field (2009) é o processo de uso das ferramentas estatísticas (tais como gráficos, medidas de centro e de variação) para investigar um conjunto de dados, com o objetivo de compreender suas características importantes, assim nesta análise quantitativa gerou se o indicador de governo aberto e o devido ranking dos municípios.

ANÁLISES E DISCUSSÕES

Na mineração dos dados que embasaria a discussão comparativa entre as regiões Norte e Nordeste do Brasil, definiu-se abordar as capitais e segundas maiores cidades das localidades. Tendo, portanto, um referencial de 32 cidades acerca do nível de implementação do fenômeno de governo aberto nessas regiões. A análise comparativa nesse caso torna-se possível pois as regiões possuem perfis socioeconômicos semelhantes quando visualizado de forma ampla e contraposto com as demais regiões do país, o que favorece o comparativo desenvolvido.

Ao iniciar a análise, observa-se que nas cidades investigadas, o perfil de quem está à frente do poder executivo municipal é formado majoritariamente por homens, dado a exceção para as cidades de Mossoró- NE e Boa Vista -NO. Os representantes executivos apresentam uma média de idade de 51 anos e um número relevante desses possuem formação acadêmica de nível superior. A respeito das características gerais do perfil dos prefeitos (as) é possível inferir há frágil e baixa presença do gênero feminino a frente dos principais municípios brasileiros, esse resultado não surpreende visto a baixa representatividade feminina em cargos eletivo no Brasil – 9,9% de participação feminina no parlamento brasileiro e a cada 10 prefeitos do país, 9 são homens (PMI, 2017; PMI, 2018).

Observa-se no ranking gerado, que os dez primeiros lugares alternam entre as regiões Norte e Nordeste, sendo respectivamente as primeiras colocadas a capital paraibana, João Pessoa (0,91), Palmas (0,85), Recife (0,85), Porto Velho (0,84) e Feira de Santana (0,82) e último entre os dez sendo Belém (0,72). Posterior a essas colocações, se sobressai o Nordeste frente ao Norte. Entretanto, observa-se que as cinco primeiras colocadas no ranking do Nordeste conta com a presença de duas das maiores cidades em detrimento das outras seis capitais, para ilustrar: 1º João Pessoa (0,91), 2º Recife (0,85), 3º Feira de Santana(0,82), 4º Natal (0,78), 5º Imperatriz (0,74)...7º Salvador (0,70), 10º São Luís (0,66), 11º Maceió (0,66) , 12º Fortaleza (0,65), 13º Aracaju (0,64) e 16º Teresina (0,51). No Norte, a situação difere, os primeiros colocados são as capitais, com pontuações que variam de 1º Palmas (0,85) a 6º Macapá (0,57).

Conforme relatado, os primeiros lugares do ranking se alternam, todavia, no caso dos últimos colocados há uma forte aparição das cidades do Norte com a proporção de sete entre dez. Esse fato pode ter relação com dois fatores, o nível de desenvolvimento de cada região e a quantidade de cidades na amostra, apesar de realidades semelhantes, o Nordeste além de possuir mais cidades no estudo, apresenta maturidade em resultados de ranking de transparência (CGU, MPF e IIGAM-Brasil), no qual João Pessoa como a 4º colocada entre as demais capitais e segunda maiores cidades da pesquisa IIGAM- Brasil (Dias et al, 2019).



A seguir ranking IIGAM- Brasil para as capitais e segundas maiores cidades do Norte e Nordeste:

Tabela 2 – Ranking IIGAM-Brasil para os Municípios Pesquisados

ORDEM	REGIÃO	ESTADOS	MUNICIPIOS	IIGAM
1º	NORDESTE	PB	JOÃO PESSOA	0,91
2º	NORTE	TO	PALMAS	0,85
3º	NORDESTE	PE	RECIFE	0,85
4º	NORTE	RO	PORTO VELHO	0,84
5º	NORDESTE	BA	FEIRA DE SANTANA	0,82
6º	NORTE	AM	MANAUS	0,80
7º	NORDESTE	RN	NATAL	0,78
8º	NORTE	AC	RIO BRANCO	0,74
9º	NORDESTE	MA	IMPERATRIZ	0,74
10º	NORTE	PA	BELEM	0,72
11º	NORDESTE	PB	CAMPINA GRANDE	0,72
12º	NORDESTE	BA	SALVADOR	0,70
13º	NORDESTE	AL	ARAPIRACA	0,69
14º	NORDESTE	CE	CAUCAIA	0,67
15º	NORDESTE	MA	SÃO LUIS	0,66
16º	NORDESTE	AL	MACEIO	0,66
17º	NORDESTE	CE	FORTALEZA	0,65
18º	NORDESTE	SE	ARACAJU	0,64
19º	NORDESTE	PI	PARNAÍBA	0,60
20º	NORDESTE	RN	MOSSORÓ	0,59
21º	NORTE	AP	MACAPÁ	0,58
22º	NORTE	TO	ARAGUAÍNA	0,57
23º	NORTE	AM	PARINTINS	0,52
24º	NORDESTE	PI	TERESINA	0,51
25º	NORDESTE	SE	Nª SRA DO SOCORRO	0,51
26º	NORTE	RR	BOA VISTA	0,50
27º	NORTE	AC	CRUZEIRO DO SUL	0,48
28º	NORDESTE	PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	0,47
29º	NORTE	RO	JI-PARANÁ	0,45
30º	NORTE	AP	SANTANA	0,43
31º	NORTE	RR	RORAINÓPOLIS	0,19
32º	NORTE	PA	ANANINDEUA	0,10

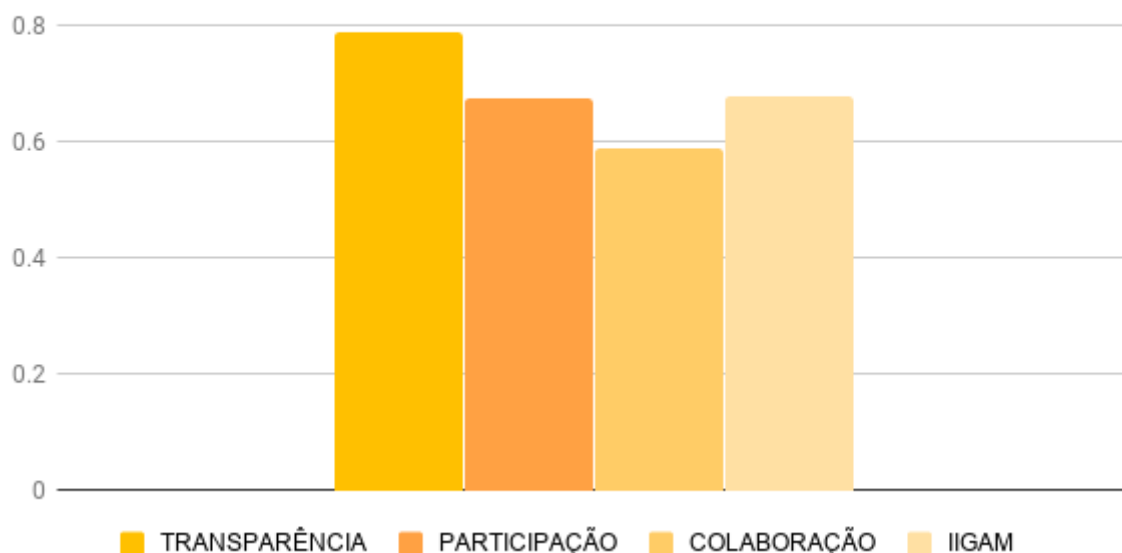
Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Dando continuidade à análise comparativa, buscou-se investigar o valor médio dos IIGAM de cada região, como também, segregar o índice nas suas dimensões e realizar a comparação entre as duas regiões apontadas. Para isso, temos os seguintes gráficos e análises:

A partir das Figuras 2 e 3, visualiza-se que a região Norte possui médias para o IIGAM e suas dimensões inferiores a 0,6 pontos numa escala que varia de 0 a 1. Isoladamente, essa informação demonstra um nível de implementação acima da média (0,5) mas que ainda deixa a desejar, visto que possui 0,4 pontos, pelo menos, para ser conquistado ainda. Por sua vez, o Nordeste apresenta entre 0,6 e 0,8 na mesma escala, o que assim como no Norte é acima da média, mas ainda apresenta potenciais. Porém, entre as duas regiões o Nordeste se posiciona a frente. Entretanto, ao analisar os gráficos dentro da realidade de cada região, percebe-se uma maior simetria das dimensões no Norte do país.

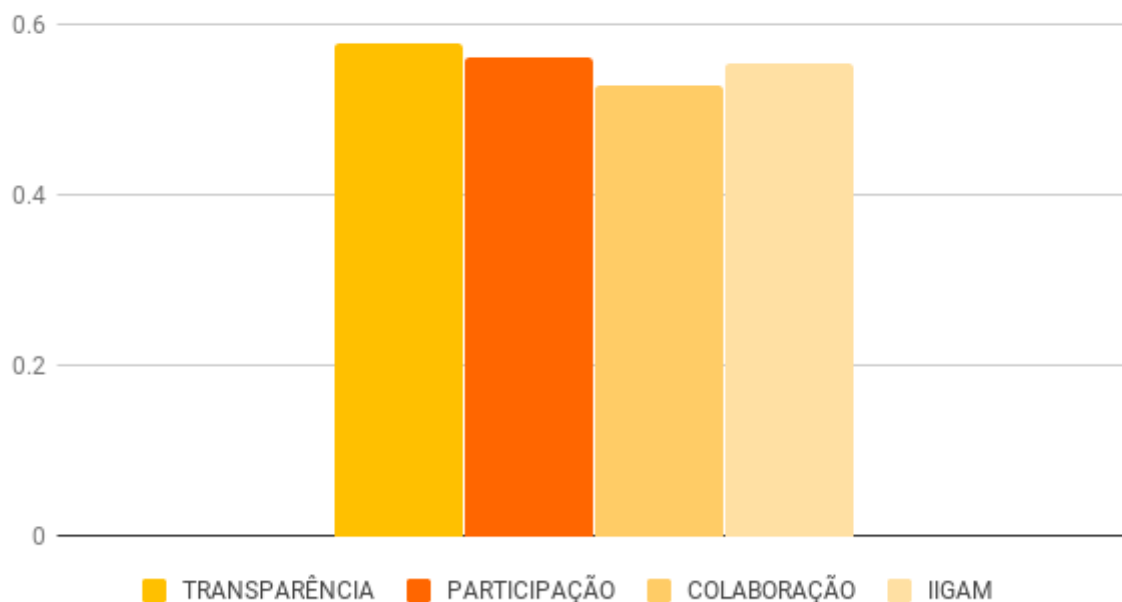


Figura 2- Média geral Nordeste das dimensões do IIGAM-Brasil



Fonte: dados da pesquisa, 2018.

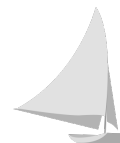
Figura 3- Média geral Norte das dimensões do IIGAM- Brasil



Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Outro ponto a salientar é que a dimensão colaboração, apresenta o menor valor em ambas regiões, assim, são necessárias ações que amplie o papel protagonista dos cidadãos na solução de problemas que impactem a coletividade (Brandsen e Honingh 2016).

Seguindo, temos o comparativo do número de cidades que se classificam como Alto (1,10 - 0,81), Médio-Alto (0,8-0,61), Médio (0,6-0,41), Médio Baixo (0,4-0,21) e Baixo (0,2-0,0) para a dimensão I- Transparência no IGAM-Brasil. Nesse comparativo obteve se para o



Nordeste: nove cidades classificadas no Alto, seis cidades no Médio-Alto e três no médio. Para o Norte a situação é a seguinte: duas cidades no Alto, cinco no Médio-Alto, duas no Médio e cinco no Médio-Baixo. Portanto, temos que para o Nordeste na dimensão transparência há maior concentração nos melhores resultados, enquanto que para o Norte, existe um número significativo de cidades situadas no Médio Alto, assim como, no Médio-Baixo, classificação essa que não apresenta o Nordeste. Lembra-se que essa dimensão é constituída por fator normativo e que no cenário ideal todas as cidades deveriam estar na classificação Alto.

Para a Dimensão II- Participação, o cenário se desenha desta forma: no Nordeste seis cidades estão no nível Alto, cinco no Médio Alto, três no nível Médio e quatro no Médio Baixo. Para o Norte, três cidades estão no Alto, quatro no Médio Alto, duas no médio, três no Médio Baixo e por fim, duas no baixo. Mais uma vez o Norte apresenta uma categoria a mais que o Nordeste, mas em sentido negativo. O maior número de cidades de cada região se concentram nas melhores classificações, o que se torna um ponto positivo entre si. Principalmente porque essa dimensão não apresenta reforço normativo, e assim dependendo do interesse social na construção da *accountability* vertical, que segundo O'Donnell (1991) pressupõe ações entre desiguais, podendo ser considerado esses, cidadãos versus representantes.

Para concluir a discussão, temos a Dimensão III-Colaboração, que no IGAM é a que possui maior peso porque entende-se que é a mais difícil em gerar engajamento social. Isso ocorre porque no país, o contexto social e político não promove a inclusão da sociedade no processo da gestão pública. Entretanto, observa-se um avanço nas gerações mais jovens o despertar pelo interesse político do espaço e decisões da administração pública. Para tanto, têm-se no Nordeste nenhuma cidade classificada como nível Alto, oito cidades no Médio Alto, nove cidades no Médio e uma cidade no Médio Baixo. O Norte se destaca nessa dimensão por possuir três cidades classificadas no nível Alto, o que dada os resultados anteriores e a amostra de 32 municípios é digno de se tornar questionável, o que as cidades de Porto Velho, Manaus e Belém estão fazendo para absorver a colaboração de sua população que as demais não estão? Finalizando, três cidades no Médio Alto, três no Médio, quatro no Médio Baixo e uma no Baixo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se desenrolou com o intuito de averiguar o nível de implementação nas maiores cidades das regiões Norte e Nordeste e a realização de um comparativo entre elas para a elaboração de constatações acerca das zonas mais periféricas em questões socioeconômicas do Brasil.

Satisfaz-se com os resultados obtidos pois entende-se que a partir deles é possível construir diagnósticos e planos de atuação frente a demanda de cada região, melhorar os pontos positivos do Nordeste para que a mesma atinja a maturidade na implementação dos ideais de Governo Aberto. Assim como, abordar e trabalhar em cima dos pontos críticos do Norte para que o que está tendenciando do Médio ao Baixo possa ser alavancado, de modo que as mesmas se tornem referenciais frente às demais cidades do país.

Conclui-se incentivando aos possíveis interessados, sendo esses, os gestores públicos, a sociedade civil, os acadêmicos da área de administração pública e demais *stakeholders* a estruturarem estratégias, ações e novos estudos científicos que intervenham nas realidades apresentadas acima. De modo que seja constatado resultados cada vez mais positivos quando pesquisado a temática abordada, assim como, a coprodução, controle social e inovações tecnológicas. Recomenda-se aprofundar os estudos sobre o IIGAM e relacionar com indicadores socioeconômicos – Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), as taxas de analfabetismo, os Produtos Interno Bruto-PIB, entre outros – e observando se estes são elementos preditivos para um melhor ou pior desempenho da administração municipal diante da abertura governamental.



REFERÊNCIAS

- Criado, J. Ignacio; Ruvalcaba, Edgar Alejandro. 2017. “Institucionalización del gobierno abierto e innovación en la gestión pública: análisis de la organización y personal en los ayuntamientos españoles”. In: Anales del XXII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Madrid, España, 14 - 17 nov..
- Dias, Thiago Ferreira; Oliveira, E. F..2016.“Transparencia, participación y colaboración: análisis exploratorio de la propuesta del Índice Institucional de Gobierno Abierto Municipal-Brasil”. In: Anales del VII Congreso Internacional en Gobierno, Administración y Políticas Públicas GIGAPP-IUIOG. Madrid: GIGAPP- IUIOG: 2016.
- Dias, Thiago Ferreira; Garcia, A. B. R. ; Camilo, N. L. F. S.. 2019 . “Um olhar sobre o governo aberto no nível subnacional: o índice institucional do governo municipal aberto nas principais cidades do Brasil”. GIGAPP ESTUDIOS WORKING PAPERS, v. 6, p. 83-100.
- Field, Andy. 2009. “Descobrimos a estatística usando o SPSS”. São Paulo: Bookman/Artmed
- Hernández-Bonivento, José A.. 2016. “Índice Institucional para el Gobierno Abierto Municipal: IIGAM CHILE 2016”. Santiago: Instituto Chileno de Estudios Municipales de la Universidad Autónoma de Chile. Disponible en: <http://ichem.uautonoma.cl/indice-institucional-para-el-gobierno-abierto-iigam-chile-2016/> [fecha de consulta: 10 de agosto de 2016].
- Meijer, A. J., Curtin, D., & Hillebrandt, M. (2012). “Open government: Connecting vision and Voice”. International Review of Administrative Sciences, 78(1), 10-29.
- O’Donnel, Guillermo. 1991. “Democracia delegativa?” Novos Estudos, São Paulo, n. 31, pp. 25-40.
- Osborne, Stephen P..2006. “The new public governance”. Public Management Review, 8, pp. 377-387.
- Ostrom, Elinor. 1996. “Crossing the Great Divide: Coproduction, Synergy, and Development”. World Development, 24, pp. 1073-1087
- Schommer, Paula Chies; Dahmer, Jefferson; Spaniol, Enio Luiz. 2014. “Controle Social no Brasil – Estadocêntrico ou Sociocêntrico? Evidências da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social, Consocial”. Administração Pública e Gestão Social, 6(1), janeiro, pp. 35-47.
- Pinho, José Antonio Gomes; Sacramento, Ana Rita Silva. 2009.“Accountability: já podemos traduzi-la para o português?” Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 43(6): 1343-1368.
- PMI. 2017. “Ranking de Presença Feminina no Parlamento”. Brasília: Projeto Mulheres Inspiradoras. Disponível em: <http://www.marlenecamposmachado.com.br/documentos/pequisa-presenca-feminina-no-parlamento.pdf> Acesso: 23/07/2018.
- PMI. 2018. “Ranking de Presença Feminina no Poder Executivo”. Brasília: Projeto Mulheres Inspiradoras. Disponível em: <http://urlmaster.com.br/ctratk/marlene-campos-machado/Ranking-de-Presen%C3%A7a-Feminina-no-Poder-Executivo-2018.pdf> Acesso: 23/07/2018.
- Ramírez-Alujas, Álvaro. 2012. “Gobierno abierto es la respuesta: ¿Cuál era la pregunta?”, Revista Más Poder Local, N° 12, Especial Redes Sociales y Gobernanza, pp. 14-22
- TRIOLA, M. F.. 2005.“Introdução à estatística”. 9 ed.. Rio de Janeiro: LTC.